

**EDITORIAL****Com o pé esquerdo**

**N**ão havia maneira pior para simbolizar o início da reforma trabalhista no País do que os números do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do Ministério do Trabalho e Emprego, que foram revelados nesta quarta-feira e noticiados pelo LIBERAL nesta quinta. Em novembro, primeiro mês de vigência da reforma, o Brasil fechou 12,2 mil vagas de emprego formal. **P. 03**

EDITORIAL [editorial@liberal.com.br](mailto:editorial@liberal.com.br)

# Com o pé esquerdo

**N**ão havia maneira pior para simbolizar o início da reforma trabalhista no País do que os números do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do Ministério do Trabalho e Emprego, que foram revelados nesta quarta-feira e noticiados pelo LIBERAL nesta quinta. Em novembro, primeiro mês de vigência da reforma, o Brasil fechou 12,2 mil vagas de emprego formal, quebrando uma sequência de setes meses de saldo positivo nas contratações. Nas cidades que formam a RPT (Região do Polo Têxtil), 442 vagas foram encerradas no mesmo período.

O número surpreende até pelo movimento sazonal de contratações no comércio, comum para essa época em função do crescimento nas vendas de Natal e Ano Novo, principalmente em colocações temporárias. Nem isso foi capaz de equilibrar o volume nacional de fechamento de postos de trabalho. Analistas consultados pelo Projeções Broadcast, serviço ao qual o LIBERAL tem acesso por meio da Agência Estado, estimavam a abertura de 8 mil a 90 mil vagas no mês.

O governo se apressou em qualificar tal desempenho como pontual. Mas essa é a primeira impressão que a reforma deixa, e será um desafio modificá-la, já que há a projeção de que se crie 1,78 milhão de empregos em 2018. Pegou muito mal também a demissão do ministro do Trabalho e Emprego, Ronaldo Nogueira, no mesmo dia da divulgação dos números – ele justificou a saída pelo plano de se candidatar nas eleições de 2018 –, uma decisão que poderia, no mínimo, encontrar ocasião mais adequada.

A relação entre as dispensas e a reforma foi considerada por profissionais ouvidos pelo LIBERAL. O professor de economia da **Unicamp**, Francisco Loreto, observou a possibilidade de “reciclagem” das empresas em seus quadros de funcionários, aproveitando as brechas de afrouxo na legislação, enquanto o também professor de economia Isaías de Carvalho Borges, da PUC-Campinas, lembrou que a reforma facilita a demissão e regulamenta tipos de contratações que não eram permitidas. Provar que a primeira impressão não representa a reforma tem que estar nas metas emergenciais do governo para 2018.